



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

CONTRATO Nº 017/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS, E DO OUTRO, A EMPRESA EMOS - L.E CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA, CNPJ SOB Nº 22.602.367/0001-18, DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2023.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 32.825.457/0001-21, situada à Praça Monsenhor José Moreno de Santana, nº 142 – Centro, na cidade de Neópolis, Estado de Sergipe, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. **Luís Fernando Lira Amorim**, e a Empresa **EMOS - L.E CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA**, inscrita no **CNPJ SOB Nº 22.602.367/0001-18**, com endereço na Av. José Neves da Costa, nº 172, casa, Bairro Centro – CEP 49.480-000, Simão Dias/Se, tendo como representante Legal, sua Sócia Administradora, a Sr^a. **LILIANE SANTOS DA SILVA MARQUES**, doravante denominada **CONTRATADA**, em razão do resultado da **Inexigibilidade de Licitação nº 08/2023** e conforme determinações contidas no artigo 25, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações, regente a nível nacional de licitações e contratos dos entes da administração pública, que rege também este, ajustam e celebram entre si, o presente contrato administrativo, diante das cláusulas abaixo pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto a realização de 11 (onze) inscrições de membros desta Casa Legislativa no evento de capacitação, com o tema "**2º WORKSHOP PARA AGENTES PÚBLICOS E POLÍTICOS**", no período de 18 a 21 de agosto de 2023, em Maceió/AL, de acordo com as especificações constantes da Inexigibilidade de Licitação e seus anexos, e panfletos do



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

evento, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº 8.666/93, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

Os serviços serão executados de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Neópolis, visando à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato, sob a forma de execução indireta mediante empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

O valor da taxa de inscrição será de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por pessoa, perfazendo o presente Contrato um valor total estimado de R\$ 8.800,00 (oito mil reais).

§1º - O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento da Prestação de Serviços.

§2º - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, além da CNDT.

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não Haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - Os preços serão fixos e irrevogáveis, durante o período contratado.

§6º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

§7º - Nestes preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93).

Este contrato tem vigência a partir da data da sua assinatura pelo prazo de 30 (trinta) dias, sendo sua execução realizada no período de 18 a 21 de agosto de 2023, em Maceió/AL.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93).

Os serviços deverão ser executados no período de vigência do contrato, nos locais que se fizerem necessários, e o seu recebimento dar-se-á de acordo com o disposto no art. 73, I, a e b, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento da Câmara Municipal de Neópolis, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

- UO: 1001 – Câmara Municipal
- Dotação: 01.031.0008.2001 – Manutenção dos Serviços da Câmara
- Classificação de Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica
- Fonte de Recurso: 15000000

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

O Contratado, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Prestar os serviços profissionais constantes da cláusula primeira deste instrumento e na forma exigida para sua execução.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS**

- Poderá o CONTRATADO, no caso de necessidade ou impedimentos, e visando dar cumprimento a prática dos atos inerentes ao objeto deste Contrato, proceder ao substabelecimento, a quem julgar conveniente, dos poderes que lhe forem outorgados pela CONTRATANTE e que digam respeito ao presente instrumento.
- Manter, durante toda a execução do contrato, as obrigações inicialmente pactuadas.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Através do seu representante legal, a CONTRATANTE compromete-se a fornecer em tempo hábil ao CONTRATADO todas as informações e documentos necessários ao fiel desempenho do presente Contrato.
- Havendo Incidência de custas e demais despesas judiciais e/ou extrajudiciais, essas ocorrerão por conta exclusiva da CONTRATANTE, que será única responsável pelas consequências do não pagamento das mesmas nas épocas devidas.
- Se as questões exigirem serviços fora do Estado, correrão sempre por conta da contratante, quando necessário, as despesas de transporte, estadia e alimentação do CONTRATADO.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADE E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93).

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, a Contratante poderá aplicar ao Contratado as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa:

I – advertência;

II – multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

III – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

IV – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78 na forma do artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

§1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§2º - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão a Contratada, por escrito, no mínimo com 02 (dois) dias de antecedência.

§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no §2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I – nos termos da Inexigibilidade de Licitação que, simultaneamente:



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

- Constam do Processo Administrativo que a originou;
- Não contrariem o interesse público.

II – nas demais determinações da Lei nº 8.666/93;

III – nos preceitos do Direito Público;

IV – supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado;

Parágrafo Único – Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93, ficará designado servidor nomeado em Portaria específica apensa a este instrumento contratual, para acompanhar e fiscalizar execução do presente Contrato.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Neópolis, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Neópolis (SE), 14 de agosto de 2023.

Luis Fernando Lira Amorim
Luis Fernando Lira Amorim

Presidente da Câmara
CONTRATANTE

Liliane Santos da Silva Marques
LILIANE SANTOS DA SILVA MARQUES

EMOS - L.E CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA

Sócio Administrador
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I- *Shayz Camelia Nunes de Menezes*
CPF: 097.814.295-92

II- *Janice Silva dos Santos*
CPF: 480.866.905-63



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

ORDEM DE SERVIÇO

Através do presente, autorizo à empresa **EMOS - L.E CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA, CNPJ SOB Nº 22.602.367/0001-18**, a confirmar inscrições no curso objeto do **Contrato nº 17/2023**, evento a se realizar nos dias 19 a 22/05/2023, na cidade de Maceió/AL, com o tema: **"2º WORKSHOP PARA AGENTES PÚBLICOS E POLÍTICOS"**, em total obediência às condições pactuadas no citado Termo, a partir desta data.

O objeto contratado será realizado nos dias 18 a 21 de agosto de 2023 .

Neópolis (Se), 14 de agosto de 2023

Luís Fernando Lira Amorim
Vereador Luís Fernando Lira Amorim
Presidente

Ciente em: 14 / 08 / 2023

EMOS - L.E CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA

Liliane Santos da Silva Marques
LILIANE SANTOS DA SILVA MARQUES
Sócia Administradora